

28. PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO – CONCURSO PÚBLICO – EMPREITADA DE “PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE S. MARTINHO DE TIBÁES” – CONCURSO PÚBLICO N.º. CPE.27.21.DMOSM:

Submete-se para ratificação do Executivo Municipal a decisão tomada pela Sr^a. Vice-presidente da Câmara em 16 de agosto de 2021, da empreitada em epígrafe, proposta que se anexa.

Tem informação circunstanciada da DMOSM.

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se à Sr.^a
Diretora.

O Diretor do DOM,

____/____/____

Remeta-se ao Sr.
Presidente.*concordo*

A Diretora da DMOSM, _____

2021 08 16

Despacho:

*Aprovado e
remetido ao executivo**P* O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

16/08/2021

ORGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR: CÂMARA
MUNICIPAL DE BRAGA

**PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE
CONTRATO – CONCURSO PÚBLICO**

PROPOSTA N.º CPE.27.21.DMOSM

Entidade adjudicante: alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP.

Concurso de Empreitada de Obra Pública adiante descrita, em conformidade com a alínea b) do artigo 19.º; n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, e artigos 130.º a 148.º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Contratação: Empreitada de “PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE S. MARTINHO DE TIBÃES”.

Vocabulário CPV: 45233200-1 Obras diversas de pavimentação	Prazo máximo de execução: 150 dias	Preço Base: €922.643,09
---	---	--

Tornando-se necessário realizar a empreitada supramencionada, justificada na informação técnica que se anexa, cujo projeto de execução da obra apresentado corresponde aos objetivos e expectativa da Câmara, cujo preço contratual estimado é de **€922.643,09 (novecentos e vinte e dois mil, seiscientos e quarenta e três euros e nove cêntimos) (sem**

Iva), ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, e dado que a entidade adjudicante não dispõe de recursos próprios adequados à realização interna das prestações que integram o conteúdo essencial do contrato pretendido celebrar, submete-se à consideração superior, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a presente proposta que visa **obter autorização para a referida contratação**, propondo-se ainda o seguinte:

1. Peças do procedimento

Aprovação das peças do procedimento a seguir identificadas:

- i. Programa do procedimento;
- ii. Caderno de encargos;
- iii. Porque o procedimento se destina à formação de um contrato de empreitada, o caderno de encargos é integrado por um projeto de execução, conforme impõe o artigo 43.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos*.

2. Parâmetro base

O parâmetro base compreendido no caderno de encargos, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 42.º do *Código dos Contratos Públicos*, é o seguinte:

- a) O preço base do procedimento será **€922.643,09 (novecentos e vinte e dois mil, seiscientos e quarenta e três euros e nove cêntimos) (sem Iva)**, significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

O preço base foi definido pela entidade adjudicante com suporte em critérios objetivos, nos termos previstos no artigo 47.º do *Código dos Contratos Públicos*, designadamente, preços unitários de artigos idênticos, apresentados no âmbito de outros procedimentos.

- b) O prazo de execução é de **150 dias**, significando este o prazo máximo de execução das prestações que constituem o objeto do contrato e que pode ser oferecido pelo concorrente.

3. Prazo para apresentação das propostas

Para a apresentação das propostas, será fixado o **prazo de 30 dias** a contar do envio para publicação do anúncio no *Diário da República*.

4. Designação do júri do procedimento

O Júri do procedimento, terá a composição a seguir indicada, anexando-se à presente as declarações subscritas pelos membros propostos de inexistência de impedimento para assumir as funções indicadas, nos termos previstos no artigo 67.º, n.º 5 do Código dos Contratos Públicos:

Membros efetivos:

Membros suplentes:

4.1. Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo membro efetivo:

5. Gestão do contrato

A gestão do contrato, nos termos previstos no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, que assegurará o permanente acompanhamento da sua execução, será confiada ao Eng.º a desempenhar funções na Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais, estrutura que, na entidade adjudicante, assegura a gestão funcional dos interesses a que o objeto do contrato visa responder.

6. Delegação de competências

Que ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 109º do CCP, sejam delegadas no Júri e nos serviços da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais (DMOSM) as seguintes competências:

- Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até à respetiva conclusão;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, nos termos do art.º 66.º do CCP;
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º e artigo 116.º ambos do CCP;

- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações;
- Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento.

7. Adjudicação da empreitada

A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade:

- a) avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

8. Cabimento orçamental

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do cabimento n.º 57538 de 03/02/2021, atualizado em 13/08/2021.

13 de agosto de 2021

DMOSM-DOM,